

# APRESENTAÇÃO

Prezados leitores,

É com grande entusiasmo que compartilhamos os principais destaques da mais recente edição nº 97, da Revista da PGE, referente ao primeiro semestre de 2023. Esta seleção cuidadosa de artigos oferece uma jornada intelectual envolvente, abordando temas de grande relevância no panorama jurídico atual.

O primeiro artigo, “O Princípio da Proporcionalidade na Visão da Doutrina”, de autoria de Márcio de Oliveira Jacob, aborda o contexto do neoconstitucionalismo, que transforma as constituições conferindo-lhes um caráter cogente para regular as relações sociais. Dentro desse cenário, o autor aponta que a aplicação do direito passa por profundas alterações, incluindo o uso rotineiro dos princípios jurídicos, entre os quais se destaca o da proporcionalidade.

Avançamos agora para uma análise detalhada sobre a utilização dos *namings rights* como uma fonte alternativa de receita em contratos de concessão, tema explorado no artigo “*Naming Rights* de Bens Reversíveis em Concessões Públicas” de autoria de Vitor Gomes Moreira. No artigo, o autor não só analisa a viabilidade jurídica desse instituto no cenário nacional, mas também investiga os efeitos de sua implementação nos setores público e privado, com o objetivo de avaliar sua capacidade de gerar receitas, além de oferecer importantes alertas para os gestores públicos interessados em adotar a cessão de *namings rights* como uma fonte adicional de receita em contratos de concessão.

Prosseguimos nossa jornada com uma análise da evolução legislativa dos direitos sociais no Brasil no artigo “A Prognose Legislativa dos Direitos Sociais no Brasil: da Constituição Federal de 1988 ao Período Pós-Pandemia”, de Fernando Henrique Médici. Esse texto nos convida a refletir sobre as transformações sociais e jurídicas ocorridas no país, especialmente em um contexto pós-pandemia, examinando as políticas legislativas implementadas para proteger e promover os direitos sociais.

Seguimos com uma exploração das estratégias alternativas para resolução de conflitos no artigo “As Formas Consensuais de Resolução de Conflitos e a Terapêutica Jurídica no Enfrentamento do Litígio: mediação, conciliação e justiça restaurativa como movimentos de transformação da prática judiciária brasileira”, de Lucas Soares de Oliveira. Aqui, somos convidados a considerar a importância da mediação e da justiça restaurativa em um mundo em constante transformação, no qual o tratamento colaborativo de conflitos ganha cada vez mais relevância.

Encerramos nossa trajetória com o ensaio “Breve Ensaio sobre o Fenômeno da Constitucionalização do Direito e do Processo”, também de autoria de Lucas Soares. O texto nos instiga a refletir sobre o impacto da constitucionalização do direito em nosso sistema jurídico, consolidando os conceitos discutidos ao longo dessa jornada intelectual.

Convidamos todos os interessados a mergulhar nessas reflexões e aprofundar seus conhecimentos sobre os temas abordados. A Revista da PGE continua comprometida em promover a discussão acadêmica e contribuir para o desenvolvimento do direito em nosso país.

Agradecemos a todos os autores por suas valiosas contribuições e desejamos uma excelente leitura a todos.

**CINTIA BYCZKOWSKI**

*Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos*